PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR – BAHIA

MENSAGEM Nº 21/2021

Salvador, 29 de setembro de 2021

Excelentíssimo Senhor
Vereador **GERALDO JÚNIOR**
DD. Presidente da Câmara Municipal de Salvador
Nesta

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, em atenção ao disposto no inciso III, § 6º, do art. 163 da Lei Orgânica do Município, para a apreciação dessa veneranda Casa Legislativa, o Projeto de Lei Orçamentária Anual, que estima a Receita e fixa a Despesa do Município do Salvador, para o exercício financeiro de 2022.

Compõem o presente Projeto de Lei Orçamentária – PLOA/2022, as propostas dos Poderes Legislativo e Executivo Municipal, que se encontram estruturadas nos Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e de Investimento, abrangendo todas as secretarias, fundos, empresas e entidades da Administração Direta e Indireta.

Importa ressaltar que o PLOA/2022, em destaque, foi concebido mantendo compatibilidade não somente com o Projeto de Lei nº 288/2021 – Plano Plurianual 2022-2025, ora em tramitação nessa Câmara Municipal, mas, também, em observância aos dispositivos constitucionais alusivos à matéria, assim como as pertinentes regras da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal –, a Lei nº 9.590, de 21 de Julho de 2021 - Lei de Diretrizes Orçamentárias 2022 –, e Instruções Normativas do Tribunal de Contas dos Municípios – TCM/BA.

Com efeito, a elaboração desta Peça Orçamentária, alicerçada na prospecção de receitas e fixação de despesas, além da conformidade com os normativos constitucionais-legais aplicáveis, levou em consideração os cenários sócio, político e econômico atuais e projetados em todas as esferas federativas com impactos regional e local, assim como os compromissos assumidos com a sociedade soteropolitana, delineados no Planejamento Estratégico 2021-2024, e a preservação do equilíbrio fiscal, sustentado na racionalidade e na eficiência da aplicação dos recursos públicos.

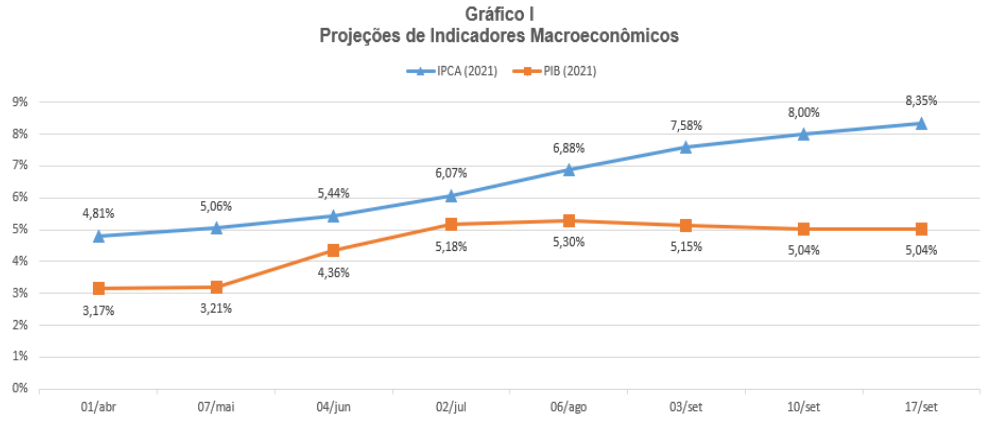
Desse modo, para o exercício financeiro de 2022, está sendo proposto um Orçamento que totaliza R$ 8.703.094.000,00 (oito bilhões, setecentos e três milhões e noventa e quatro mil reais), refletindo, em relação ao de 2021, um crescimento da ordem de 8,37 %.

MENSAGEM Nº 21/2021

É oportuno destacar que, não obstante o incremento projetado, a presente Proposta Orçamentária foi construída em um cenário de elevada incerteza, causada pela crise sanitária da Covid-19 iniciada em 2020 e que ainda estamos vivenciando e administrando os seus reflexos perversos, que incidiram não apenas na saúde pública, mas na economia, alcançando todos os segmentos da sociedade e de forma mais aguda os estratos mais vulneráveis, onde se fazem sentir fortemente a crise do desemprego e a necessidade do amparo público.

Somam-se a esses efeitos, o agravamento da crise hídrica, com impacto direto no setor energético, e as questões decorrentes da instabilidade política em âmbito nacional, que vêm influenciando a elevação da taxa inflacionária e os juros de mercado, impondo, consequentemente, retração no crescimento econômico, haja vista que uma ambiência de insegurança e instabilidade é pouco atrativa ao investidor privado.

Os reflexos da atual situação podem ser constatados nas oscilações, em 2021, das taxas dos indicadores econômicos, que expressam o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), e a inflação com o IPCA (índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), **Gráfico I.**



Fonte: Boletim Focus - BACEN

Diante desse desafiante cenário e no intuito de superá-lo, o governo municipal vem implementando um plano estratégico de trabalho, pautado em políticas estruturantes que, seguramente, vão impactar, não só no fomento ao desenvolvimento focado na criação de bases para impulsionar uma nova matriz econômica na Cidade, como na geração do emprego e renda, em especial, com a retomada mais intensa dos setores de turismo, comercio e serviços. Espera-se, também, que essas iniciativas causem impactos na redução das desigualdades sociais, na melhoria da saúde, educação e assistência social, na preservação e respeito à cidadania, bem como na eficiência e agilidade dos demais serviços prestados à sociedade soteropolitana.

Neste sentido, tanto o Plano Plurianual 2022-2025, recentemente encaminhado a essa Casa Legislativa, como a presente Proposta Orçamentária 2022, incorporam essas diretrizes políticas com a crença de se estar trilhando na

direção certa do restabelecimento da normalidade e de um ciclo virtuoso de desenvolvimento econômico e social da capital baiana.

As expectativas do salto de qualidade, esperado com as mudanças pretendidas para um cenário pós-Covid, resultam não só da confiança em nossa capacidade de resiliência, como por considerar que a Prefeitura se encontra preparada para enfrentar esse desafio, tendo em vista a condição do equilíbrio de suas finanças, fruto da perseverança nas boas práticas da gestão responsável, que nos tem permitido administrar essa inusitada crise sanitária, de forma satisfatória, sendo todo o nosso esforço uma das referências no cenário nacional.

Considerações sobre a Receita e a Despesa

A sustentação de uma Proposta Orçamentária é, sem dúvida, a receita e a despesa que viabilizam o programa de trabalho proposto para o exercício de referência. Estruturados como duas faces de uma mesma moeda, esses componentes, que integram a espinha dorsal do Orçamento Público, impõem o equilíbrio como princípio fundamental, assegurando que, para cada real de receita, existe uma contrapartida de igual valor na despesa.

Nesta linha, o PLOA-2022 traduz, em sua ementa, a diretriz de como se tratar essas varáveis orçamentárias, estabelecendo que inicialmente estima-se a receita para, em seguida, fixar-se a despesa. Assim, vale lembrar, não obstante a construção dos cenários de receitas e despesas seja trabalhada sob parâmetros e lógicas distintas, a interligação entre os componentes da Peça Orçamentária requer, sempre, o alinhamento entre as informações previamente apresentadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, no que diz respeito ao corte temporal das projeções orçamentárias e aos anexos fiscais, e na Lei do Plano Plurianual, com o programa de trabalho eleito como possível de ser executado em 2022.

Equilibradamente, as receitas e despesas estão estruturadas nas macrocategorias: Corrente e Capital. Na receita, conforme evidencia o **Quadro I**, adiciona-se ainda o grupo intraorçamentária.

QUADRO I
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Receita Estimada

R$ 1,00

DISCRIMINAÇÃO	2021 APROVADA	2022 ORÇADA	Var%
RECEITAS CORRENTES	**6.731.687.000**	**7.248.484.000**	**7,68%**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	2.745.397.000	3.023.078.000	10,11%
Contribuições	399.746.000	425.675.000	6,49%
Receita Patrimonial	107.092.000	89.733.000	-16,21%
Receita Industrial	110.000	100.000	-9,09%
Receita de Serviços	12.231.000	24.344.000	99,04%
Transferências Correntes	3.154.260.000	3.514.773.000	11,43%
Outras Receitas Correntes	312.851.000	170.781.000	-45,41%
RECEITA DE CAPITAL	**951.959.000**	**1.073.421.000**	**12,76%**

Operações de Crédito	684.368.000	737.158.000	7,71%
Alienação de Bens	67.090.000	104.090.000	55,15%
Transferências de Capital	200.501.000	172.173.000	-14,13%
Outras Receitas de Capital	-	60.000.000	-
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**347.324.000**	**381.189.000**	**9,75%**
TOTAL	**8.030.970.000**	**8.703.094.000**	**8,37%**

Fonte: PLOA 2022

Na estimativa das receitas, particularmente as classificadas como correntes, as balizas utilizadas mais frequentes são os indicadores macroeconômicos, PIB e IPCA, e o desempenho da série histórica para determinados itens, tais como taxas e multas.

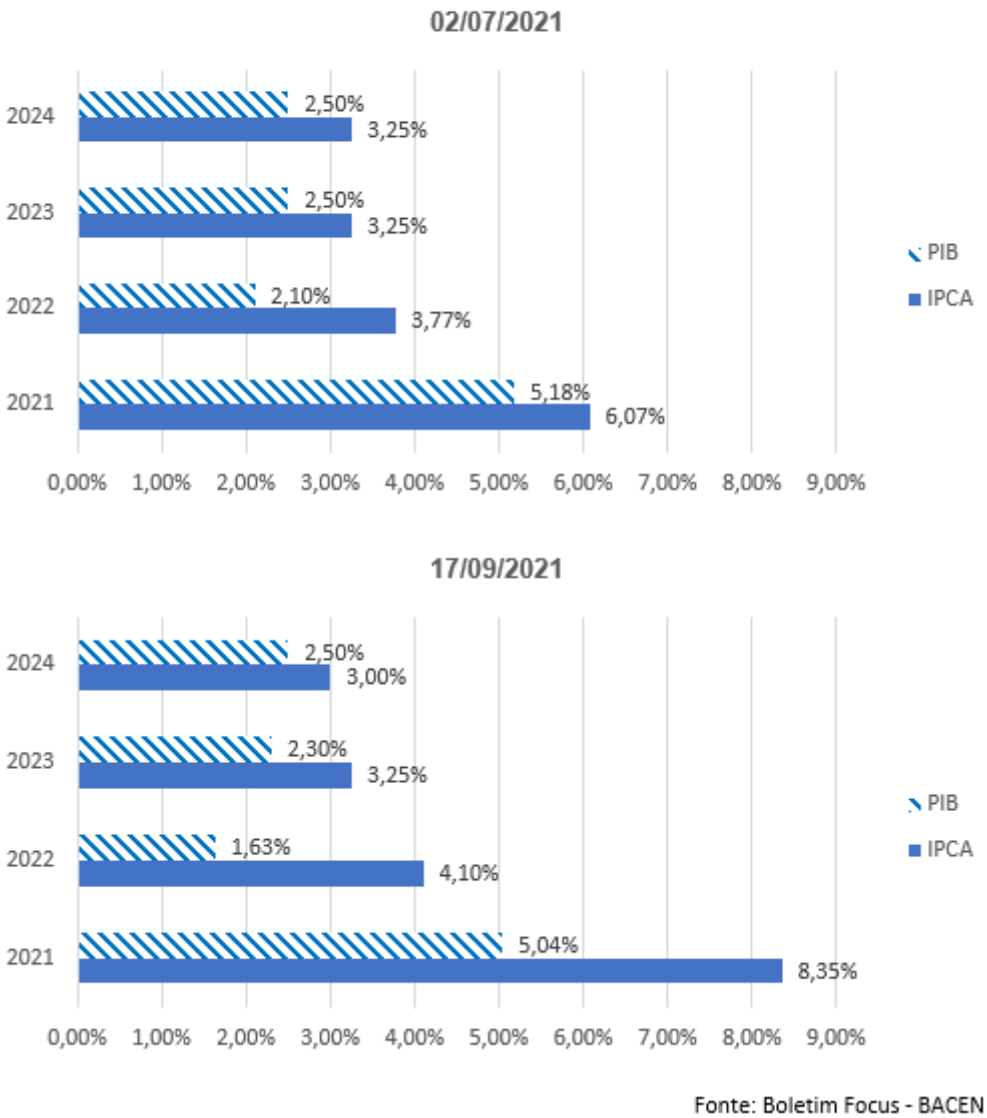
As receitas correntes, que totalizam R$ 7.248.484.000,00 (sete bilhões, duzentos e quarenta e oito milhões e quatrocentos e oitenta e quatro mil reais), correspondem a 84% do total estimado e apresentam, em relação ao exercício de 2021, um crescimento de 7,68%. As receitas de capital, que somam R$ 1.073.421.000,00 (hum bilhão, setenta e três milhões e quatrocentos e vinte hum mil reais), cresceram 12,76%, tomando-se a previsão inicial de 2021, e representam 12% do montante estimado. Por sua vez, as receitas intraorçamentárias, com 4% do valor previsto, apresentam, comparativamente a 2021, um crescimento de 9,75%, traduzindo o efeito da reforma da previdência impulsionada pela Lei Complementar nº 75, de 30 de março de 2020, que realinhou as alíquotas de contribuição dos segurados, ativos e inativos, alterando a faixa de 11% para 14%.

Em que pese a mencionada Lei Complementar nº 75 ter entrado em vigor a partir de julho de 2020, somente na estimativa da receita do presente PLOA/2022 está sendo possível efetivar-se uma previsão mais apropriada, considerando que já se dispõe de série histórica de arrecadação do Fundo de Previdência – FUMPRES para balizar as estimativas.

No que concerne às receitas correntes, os itens mais expressivos da sua composição, como as receitas próprias do município IPTU e ISS, e as transferências obrigatórias, tais como as oriundas do ICMS e FPM, foram projetadas com base nos indicadores macroeconômicos levantados na posição de 2 de julho p.p, que previam, para 2021, uma taxa de crescimento PIB e IPCA de 5,18% e 6,07% respectivamente, e para o período 2022/2024, os percentuais de 2,10 %, 2,50% e 2,20% (PIB) e 3,7%, 3,25% e 3,25% (IPCA). Verifica-se, contudo, que na posição mais atual (17 de setembro findo), esses mesmos indicadores, sensibilizados por questões políticas e econômicas, sinalizam uma posição diferenciada, com uma perspectiva de regressão do PIB e alta inflacionária tanto no presente exercício, como nos anos subsequentes, conforme demonstrado no **Gráfico II**.

MENSAGEM Nº 21/2021

Gráfico II
Projeções do IPCA e PIB em Julho e Setembro



Fonte: Boletim Focus - BACEN

Frente a esse quadro de oscilações e tendo-se em conta que a receita prospectada para o exercício 2022, considerou um panorama de crescimento econômico mais otimista em relação ao que se configura no estágio atual, o rítmo da execução da despesa será, necessariamente, administrado na cadência da efetiva arrecadação, assegurando o equilíbrio das contas públicas, pautado no compromisso com a responsabilidade fiscal e na prática habitual da Administração.

No que se refere à composição da receita de capital, as operações de crédito e convênios, totalizadas em R$ 909,3 milhões correspondem a 4,48% da receita total e a 85% do valor estimado para esta categoria. Com a estratégia dessas receitas, o

governo tem alavancado o volume de investimentos no Município, imprescindíveis à melhoria das diversas áreas.

Assim, no exercício de 2022, o montante de operações de crédito interna e externa, que totaliza R$ 737,2 milhões, corresponde a contratos já assinados em estágio de execução ou em fase conclusiva de negociação. Do total, R$ 66,8 milhões estão vinculados a instituições financeiras internas, dos quais R$ 49,9 milhões contraídos com a Caixa Econômica Federal, financiando trechos do BRT, o Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros – PNAFM-III e o Programa de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento – FINISA 2. O BNDES, que financia o Programa de Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Básicos de Salvador – PMAT 1ª e 2ª tranches, destina, para o exercício vindouro, um valor de R$ 16,5 milhões.

Com organismos internacionais, estão previstos R$ 671,5 milhões, sendo R$ 298,9 milhões com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID direcionado ao financiamento dos Programas de Saneamento e Urbanização do Subúrbio Ferroviário – Mané Dendê (R$ 146,9 milhões) e a Implantação de Ações de Desenvolvimento do Turismo – PRODETUR (R$ 152,0 milhões); com o Banco Mundial, R$ 258,9 milhões, para o Programa Salvador Social, que serão aplicados nas áreas de saúde, educação e assistência social, e R$ 113,5 milhões, financiados pelo Banco de Desenvolvimento da América Latina – CAF, para serem utilizados no Programa de Requalificação Urbana de Salvador.

Ainda no grupo de capital e nutrindo a expectativa de viabilizar a alienação de alguns dos imóveis já devidamente autorizados por esse Legislativo Municipal, foi previsto o montante de R$ 104 milhões, correspondendo a, aproximadamente, 10% do total da receita desta categoria, valendo ressaltar que, por determinações da Lei de Responsabilidade Fiscal, tais recursos deverão ser totalmente canalizados às despesas de capital.

Outro aspecto na receita, a ser destacado, é, sem dúvida, a avaliação no corte de fontes de recursos, onde se pode evidenciar o volume de recursos empregados, balizados na origem do financiamento.

Conforme evidencia o **Quadro II**, os recursos livres do Tesouro, em que se pode exercer discricionariedade na alocação, correspondem apenas a 40% do montante orçado para 2022, dos quais, 39% da administração direta e 1% em recursos próprios da administração indireta.

QUADRO II
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Receitas Livres e Vinculadas

R$ 1,00

CATEGORIA	PROPOSTA 2022	% NO TOTAL
Receita Livres do Tesouro	3.375.736.000	39%

Receitas do Tesouro Vinculadas	5.225.397.000	60%
Receita Própria da Administração Indireta	101.961.000	1%
TOTAL GERAL DA RECEITA	**8.703.094.000**	**100%**

Fonte: PLOA 2022

Os recursos vinculados a gastos específicos correspondem a 60% das receitas previstas, incluindo-se, dentre outras, as transferências obrigatórias para Saúde e Educação, as transferências do FUNDEB, SUS, Operações de Crédito, Convênios, royalties e receitas do FUMPRES. Esse percentual evidencia o grau de engessamento com que se defronta o gestor público para o fechamento de uma proposta orçamentária de forma equilibrada e satisfatória, acarretando sérias dificuldades na distribuição mais equitativa dos recursos públicos entre as áreas de atuação do governo.

Por seu turno, as despesas foram fixadas, tomando-se por base a receita prospectada. Nesta etapa, o procedimento é observar o princípio da preservação das despesas classificadas como obrigatórias, tais como pessoal, custeio da gestão, incluindo-se os serviços básicos oferecidos nas diversas áreas, os encargos com a dívida pública e as contrapartidas de contratos, convênios e operações de crédito firmados pela Administração Municipal. Segue-se a esta etapa a apropriação dos recursos para viabilizar o programa de trabalho definido pelo governo para ser implementado no exercício de referência, preservando-se, também, a cota da reserva de contingência para atender, se necessário, passivos contingentes e riscos fiscais.

Nesta linha e observando o **Quadro III** a seguir, constata-se que 84,85% dos recursos estimados foram canalizados para financiamento de despesas correntes, 14,92% para despesas de capital e menos de 1%, destinados à reserva de contingência, considerando a disponibilidade possível face aos compromissos compulsórios e necessários. Vale lembrar que a fixação do percentual da Reserva de Contingência, além do critério da disponibilidade viável, deve manter compatibilidade com o limite estabelecido na Lei de Diretrizes Orçamentária, conforme dispõe o art. 55 da Lei nº 9.590/2021, de 21 de julho de 2021.

QUADRO III
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Despesa por Categoria e Grupo de Despesa

R$ 1,00

DISCRIMINAÇÃO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
DESPESAS CORRENTES	**4.469.271.000**	**2.915.545.000**	**7.384.816.000**
Pessoal e Encargos	1.875.028.000	1.471.584.000	3.346.612.000
Juros e Encargos da Dívida	105.834.000	-	105.834.000
Outras Despesas Correntes	2.488.409.000	1.443.961.000	3.932.370.000
DESPESAS DE CAPITAL	**1.236.821.000**	**61.457.000**	**1.298.278.000**
Investimentos	1.034.503.000	61.457.000	1.095.960.000

Inversões Financeiras	115.517.000	-	115.517.000
Amortização da Dívida	86.801.000	-	86.801.000
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	**20.000.000**	**-**	**20.000.000**
T O T A L	**5.726.092.000**	**2.977.002.000**	**8.703.094.000**

Fonte: PLOA 2022

O montante de recursos destinados aos grupos de pessoal e encargos e outras despesas correntes, atinge o percentual de, aproximadamente, 99%, quase a totalidade desta categoria e, em relação ao orçamento global, corresponde a 83,6% das despesas orçadas. Embora figure com um valor expressivo, há de se destacar que, na avaliação do item pessoal e encargos, com base nos limites estabelecidos no art. 19 da Lei Complementar 101/2000 - LRF, o município de Salvador exibe uma relativa margem de conforto em relação aos percentuais fixados para os limites prudencial e legal, porquanto o Poder Legislativo atinge o percentual de 2,17% e o Executivo 37,12%, conforme evidencia o **Quadro IV**.

QUADRO IV
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Avaliação do Limite de Despesa com Pessoal

R$ 1,00

Poder	Limite Legal	Limite Prudencial	Valor alocado PLOA 2022	Receita Corrente Líquida	Limite atingido %
Legislativo	6%	5,70%	152.385.000	7.015.284.000	2,17%
Executivo	54%	51,30%	2.604.161.000		37,12%

Fonte: PLOA 2022

Ainda com base nas informações do **Quadro III** acima, observa-se que, na categoria de despesa de capital, o item investimento, ou seja, as despesas que integram o grupo 44, representam 84,42% do total da categoria, orçado em R$ 1,1 bilhão. Note-se que, o montante desses recursos em investimento, está em perfeita consonância com a exigência constitucional, de que trata o inciso III do art. 167 da Carta Magna, na medida em que o montante das operações de crédito encontra-se em patamar bem inferior à soma dos recursos das despesas de capital.

Contudo, há de se ressaltar que a apropriação do investimento, tomando por base o princípio econômico contábil de grupo de despesa, embora preencha o requisito de fechamento da contabilidade nacional, não traduz, sob a ótica do planejamento, o volume de investimento do governo, nas diversas áreas, uma vez que, na oferta de bens e serviços à sociedade, através de projetos e ações finalísticas, o gasto não ocorre apenas na categoria de despesa de capital. Muitas das ações são viabilizadas também com gastos correntes.

Outro aspecto a ser observado é a estruturação da despesa na perspectiva institucional da alocação de recursos por Poder, Secretaria e Órgão, conforme evidencia o **Quadro V** a seguir.

MENSAGEM Nº 21/2021

QUADRO V
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Despesa por Órgão

R$ 1,00

ÓRGÃO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
Câmara Municipal do Salvador	208.155.000		208.155.000
Secretaria de Governo	87.596.000		87.596.000
Gabinete do Vice-Prefeito	3.639.000		3.639.000
Procuradoria Geral do Município	68.154.000		68.154.000
Casa Civil	25.412.000	18.935.000	44.347.000
Sec. Municipal da Fazenda	250.679.000		250.679.000
Sec. Municipal da Saúde		2.001.183.000	2.001.183.000
Sec. Municipal da Reparação	7.072.000		7.072.000
Sec. Municipal de Gestão	70.081.000	674.182.000	744.263.000
Sec. Municipal de Sustentabilidade e Resiliência	55.736.000		55.736.000
Sec. Municipal da Educação	1.621.613.000		1.621.613.000
Sec. Municipal de Ordem Pública	847.817.000		847.817.000
Sec. Municipal de Promoção Social, Combate à Pobreza, Esportes e Lazer	15.071.000	238.849.000	253.920.000
Sec. Municipal de Mobilidade	538.325.000		538.325.000
Sec. Municipal de Cultura e Turismo	363.029.000		363.029.000
Sec. Municipal de Manutenção da Cidade	195.560.000		195.560.000
Sec. Municipal de Comunicação	73.412.000		73.412.000
Sec. Municipal de Políticas para Mulheres, Infância e Juventude	23.357.000	43.853.000	67.210.000
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Emprego e Renda	44.089.000		44.089.000
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano	95.104.000		95.104.000
Sec. Municipal de Infraestrutura e Obras Públicas	494.580.000		494.580.000
Controladoria Geral do Município de Salvador	10.049.000		10.049.000

MENSAGEM Nº 21/2021

Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia	82.714.000		82.714.000
Encargos Gerais do Município	524.848.000		524.848.000
Reserva de Contingência	20.000.000		20.000.000
TOTAL	**5.726.092.000**	**2.977.002.000**	**8.703.094.000**

Fonte: PLOA 2022

Procedendo-se à análise da alocação institucional, verifica-se que a Proposta de LOA/2022 concentra nas secretarias municipais que abrigam as áreas sociais - Saúde, Educação, Promoção Social Combate à Pobreza e Esporte e Lazer, 45% dos recursos orçados, confirmando, dessa maneira, a determinação da gestão em conferir a essas áreas tratamento prioritário, sobretudo neste momento crucial em que os efeitos da crise pandêmica da Covid - 19 têm demandado esforços adicionais do governo, não só para administrá-la como para superar a situação dramática instalada na economia e os danos sociais acarretados.

As alocações orçamentárias destinadas às Secretarias da Gestão e da Ordem Pública participam com 18% da despesa fixada, em que o destaque substantivo destas Pastas se encontra nas despesas realizadas no Fundo de Previdência, com pagamento de benefícios, e os gastos com a limpeza urbana e a iluminação pública. Estes dois últimos itens representam 76% do valor alocado na Secretaria Municipal de Ordem Pública.

Com 16% dos recursos concentrados nas Secretarias de Mobilidade, da Cultura e Turismo, e da Infraestrutura e Obras Públicas, que totalizam R$ 1,4 bilhão, as operações de crédito e convênios vinculados aos projetos PRODETUR, BRT, PROQUALI e Mané Dendê, viabilizados por essas Pastas, participam com 36% do valor orçado, correspondendo a R$ 509 milhões do montante alocado. Outro valor expressivo está alocado nos Encargos Gerais do Município, R$ 524,8 milhões, dos quais R$ 409,8 se destinam aos compromissos com pagamento de dívidas, encargos e PASEP.

Na avaliação da Despesa por Função, **Quadro VI**, confirma-se, mais uma vez, o compromisso do governo com a área social, na medida em que as funções Saúde, Educação e Assistência Social representam 59% do total da despesa orçada. Por sua vez, a função Urbanismo, com um perfil eminentemente transversal, totaliza R$ 1,5 bilhão, representando 17% do total orçado e agrega dentre outras intervenções relevantes, as concernentes ao trânsito, saneamento, micro e macro drenagem, requalificação de orla, limpeza urbana e iluminação pública, construção e reforma de equipamentos públicos, defesa civil e estabilização de encostas.

Segue-se, na escala representativa do dispêndio, as funções de Previdência, Administração e Encargos Especiais que, juntas, concentram 19% do gasto público. A função Administração, com R$ 558,1 milhões, tem sido utilizada como referência para os órgãos de atuação meio e alcance sistêmico.

MENSAGEM Nº 21/2021

QUADRO VI
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Despesa por Função

R$ 1,00

FUNÇÃO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
Legislativa	208.155.000		208.155.000
Judiciária	68.154.000		68.154.000
Administração	558.106.000		558.106.000
Segurança Pública	95.390.000		95.390.000
Assistência Social		301.637.000	301.637.000
Previdência Social		674.182.000	674.182.000
Saúde		2.001.183.000	2.001.183.000
Trabalho	38.269.000		38.269.000
Educação	1.621.613.000		1.621.613.000
Cultura	131.074.000		131.074.000
Direitos da Cidadania	36.848.000		36.848.000
Urbanismo	1.564.171.000		1.564.171.000
Habitação	81.706.000		81.706.000
Saneamento	38.454.000		38.454.000
Gestão Ambiental	28.895.000		28.895.000
Ciência e Tecnologia	86.099.000		86.099.000
Agricultura	1.000.000		1.000.000
Indústria	20.020.000		20.020.000
Comércio e Serviços	272.185.000		272.185.000
Comunicações	73.412.000		73.412.000
Transporte	351.489.000		351.489.000
Desporto e Lazer	11.831.000		11.831.000
Encargos Especiais	419.221.000		419.221.000
Reserva de Contingência	20.000.000		20.000.000
TOTAL	**5.726.092.000**	**2.977.002.000**	**8.703.094.000**

Fonte: PLOA 2022

Considerações sobre o Programa de Trabalho

O programa de trabalho, que integra o PLOA/2022, foi estruturado com base no Plano Plurianual 2022-2025, encaminhado a essa Casa Legislativa em agosto último, e dispõe de 483 ações, das quais 283 estão focadas nas políticas e diretrizes estabelecidas para a atuação do governo no cenário pós-Covid, com o desafio de

implementar novos paradigmas de crescimento econômico, preservando os valores culturais, a prática da eficiência e modernidade da gestão, a ampliação e melhoria da oferta dos serviços públicos e o fomento à geração de emprego e renda, objetivando, ao mesmo tempo, elevar a qualidade de vida dos soteropolitanos bem como recuperar nosso status de metrópole destaque no cenário regional e nacional.

Nesta direção, a área social, que sempre foi prioridade do Programa de Governo, contempla, na sua proposta de trabalho, intervenções que agregam valor e consolidam a capacidade de enfrentamento da fase pós-pandemia, contando inclusive com recursos do Banco Mundial, no total R$ 258,9 milhões.

A educação foi uma das atividades que mais sofreu prejuízo na pandemia. A trajetória de excelência então conquistada por nossa Cidade, após árduo trabalho, alcançando inclusive o reconhecimento de capital que mais cresceu na avaliação IDEB, superando inclusive a meta estabelecida pelo MEC, foi interrompida, com a suspensão por mais de um ano das atividades escolares. Intervir no restabelecimento dessa atividade é, sem dúvida, uma decisão que vai requerer a adoção de um consistente conjunto de medidas para a recuperação do aprendizado dos alunos, intensificação, inclusive, o uso da tecnologia digital na educação, o que vai favorecer a participação do aluno em tempo integral, com atividades remotas.

Nesta direção, destacam-se, no programa de trabalho desta área para 2022, não só o esforço de ampliação de vagas com a construção e reconstrução de 5 Centros Municipais de Educação Infantil e 11 unidades de Ensino Fundamental e a reforma de 100 escolas, mobilizando R$ 63,7 milhões, assim como a implantação de um Centro de Mídias e de Formação Profissional - UNIEDUCA, com plataforma digital integrando as informações da gestão escolar, a distribuição de *tablets* para os estudantes e *Chromebooks* para os professores, além da implantação de turmas de letramento digital. Para o Centro de Mídia, está prevista a aplicação R$ 47,3 milhões e a capacitação, já em 2022, de 10 mil profissionais.

Por sua vez, a Saúde, que ainda administra a crise sanitária, felizmente em processo de arrefecimento com a aceleração da imunização da população, busca o eixo de atuação na linha da normalidade, enfrentando novos desafios em preparar Salvador para avançar e garantir serviços de qualidade para sua população.

Tendo por baliza o princípio do alcance universal na prestação dos serviços, o programa de trabalho dessa área reserva para o próximo exercício intervenções focadas na ampliação do atendimento da Atenção Básica, com a construção de mais 4 Unidades de Saúde da Família – USFs e a Reforma de 5 Unidades Básicas de Saúde, no intuito de não só aumentar a escala de atendimento, como também viabilizar uma melhor cobertura espacial da oferta dos serviços, facilitando a agilidade dos atendimentos.

A qualidade dos serviços prestados vem a ser outro compromisso assumido no programa de trabalho. Nesta direção, destaca-se, na proposta para 2022, a implantação da Escola Municipal de Saúde Pública, com o propósito de melhor qualificar o corpo técnico, profissional e administrativo atuante na área.

MENSAGEM Nº 21/2021

Paralelo aos avanços reconhecidos como imprescindíveis, outro desafio que se faz presente no setor Saúde é, certamente, o de sustentar, com o nível de qualidade desejável, os serviços em funcionamento. Em 2012, Salvador contava com 197 unidades de saúde, hoje dispõe de 251, incluindo o Hospital Municipal, e uma rede de Saúde da Família formada por 359 equipes, cobrindo 55,8% no atendimento da população soteropolitana.

Os recursos canalizados para essa área são elevados e os aporte do município, durante a execução, extrapolam em muito o valor orçado inicialmente, como o percentual legal estabelecido. Em 2020, o piso inicial para Saúde foi R$ 1,7 bilhão. Em 2021 R$ 1,9 bilhão e para 2022 está previsto R$ 2,0 bilhão.

Concomitante às providências na Saúde para salvar vidas, combatendo a pandemia, o governo municipal enfrentou o efeito dominó econômico-social da crise, decorrente do fechamento do comércio, da paralização dos serviços, do desemprego em todos os segmentos das atividades econômicas, do isolamento social, da pobreza e do desamparo, principalmente das camadas mais vulneráveis da sociedade.

Neste período, 2020/2021, a intervenção por meio de provisão assistencial direta às camadas mais vulneráveis, adotada como estratégia de sobrevivência, foi determinante para mitigar os graves problemas sociais desencadeados, que não poderiam ser contornados sem uma atitude tempestiva do poder público.

Com efeito, contabiliza-se, nesta fase, o desembolso de R$82,8 milhões para viabilizar o auxílio emergencial, “Salvador por Todos”, uma ajuda financeira de R$270,00/mês, beneficiando aproximadamente 20 mil pessoas, drasticamente afetadas com a crise, a exemplo de ambulantes, baianas de acarajé, camelôs e mototaxistas. Além disso, já foram distribuídas 70 mil cestas básicas sem interromper os benefícios regulares, tais como a concessão de bolsa família, auxílio moradia, os benefícios eventuais, atendimento à população idosa, deficientes e moradores de rua.

Na etapa pós-Covid, além de demandar o restabelecimento da normalidade da prestação assistencial, o governo propõe implementar políticas mais estruturantes, investindo na reativação e fortalecimento da economia com a consequente ampliação das oportunidades de emprego no mercado formal, no incentivo à gestão empreendedora, na sustentabilidade das pequenas e médias empresas, dentre outras iniciativas.

Com foco na promoção social, destacam-se a implantação de 2 restaurantes populares, a ampliação e melhoria de 13 equipamentos socioassistenciais (CRAS e CREAS) para acolhimento a crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos, promovendo atendimentos especializados a pessoas e famílias; a implantação de mais 2 Centros de Convivência Socioassistencial para atendimento à adolescentes e jovens, através do Programa Primeiro Passo, a concessão de 20 mil bolsas, no valor R$ 65,00/mês, para crianças que não estejam matriculadas na rede oficial de ensino, o atendimento a 1.200 alunos, matriculados no bolsa família, para participarem do curso preparatório do ENEM.

MENSAGEM Nº 21/2021

Já em uma linha mais estruturante, inclui-se, na programação, a oferta de diversos cursos de capacitação profissional e gestão empreendedora voltados à qualificação e certificação da cadeia produtiva, o fomento do empreendedorismo e o fortalecimento de pequenos negócios, iniciativas de capacitação e créditos para microempreendedores, promovendo o fortalecimento e a dinamização da economia na base da pirâmide. Acrescenta-se, ainda, a proposta de estudos voltados ao investimento de alternativas que dinamizem a economia e desonerem o poder público com concessões de parcerias público-privadas, atração de investimentos, implantação de polo logístico e a criação de bases para desenvolvimento de uma nova matriz econômica redirecionada a áreas potenciais de crescimento a exemplo do miolo de Salvador.

O compromisso de soerguer a economia da capital baiana não pode perder de vista a sua vocação principal sustentada no setor de serviços. No seu conjunto, o turismo desponta como um dos principais segmentos a ser investido, considerando que Salvador já é reconhecido internacionalmente como um dos principais destinos a ser visitado no mundo.

Com essa consciência, é que já se vem investindo expressivamente no turismo em Salvador. A cultura e sua história, a simpatia de seu povo, suas belezas naturais e sua magia são atributos que serão estrategicamente trabalhados para agregarem valor econômico a essa cidade.

Contando, inclusive, com aportes do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e do Banco de Desenvolvimento da América Latina - CAF, no valor de R$ 225,9 milhões, para incrementar ações focadas na cultura e turismo, ressaltam-se, no plano de trabalho previsto para o exercício 2022, a implantação do Oceanário no Forte de São Marcelo, a implementação de ações integradas para transformar o Centro Histórico num amplo Parque Urbano, a formação de um complexo cultural ampliando em mais dois casarões a Cidade da Música da Bahia, a criação da Casa da História de Salvado-Arquivo Público Municipal, a Restauração do Museu da Misericórdia e a requalificação do Mercado Modelo. A estes esforços, acrescentam-se a requalificação da orla no trecho Stella Maris/Praia do Flamengo/Ipitanga, a Recuperação e Requalificação de 28 Monumentos e Espaços Culturais, a Atração e Fomento à Produções Artísticas e Cinematográficas, além das programações artístico-culturais materializadas no calendário de festas populares, nos eventos Pelourinho Dia e Noite, Boca de Brasa.

Visando preparar Salvador para concorrer com metrópoles modernas e contemporâneas, é, ainda, necessário investir-se em um conjunto de questões básicas que se refletem na melhoria da qualidade de vida dos seus habitantes. Na pauta dessas questões, incluem-se a melhoria da mobilidade urbana, do saneamento básico e a sustentabilidade e segurança ambiental, assim como a condição de habitabilidade da população de baixa renda.

No que diz respeito à mobilidade, a gestão municipal incorporou ao seu plano estratégico as iniciativas que, inclusive, já vêm sendo adotadas, no sentido de oferecer a população alternativas modernas e eficientes que proporcionem um deslocamento com qualidade e economia de tempo e recursos. Assim, em 2022,

terão continuidade as obras do BRT com a segunda etapa do Projeto de Corredores de Transportes Públicos Integrados, em mais 17 km do trecho Parque da Cidade/ Estação da Lapa, mobilizando recursos da ordem de R$ 199,9 milhões, originários da operação de crédito com a Caixa Econômica Federal, convênio com a União e recursos do próprio município. Este projeto estende seus benefícios à proposta de mobilidade nos moldes BRS, que consiste em estruturar faixas preferenciais para o deslocamento ágil e seguro dos transportes coletivos, no trecho da orla Pituba/Itapuã, e contempla um complexo de viadutos, que facilitam e desobstruem o trânsito na região, assim como a integração com o metrô e outras linhas de transportes, utilizando o bilhete único.

Ainda voltado à questão da mobilidade, destaca-se o projeto de estímulo ao deslocamento com o uso de bicicleta – Vá de Bike, que prevê ampliar e requalificar 110 km de ciclovias. Merecem destaque, também, as obras para implantação, requalificação e repavimentação de 55 km de vias e as intervenções de melhoria do trânsito, com a modernização da rede semafórica, soluções para pontos críticos de trânsito, e implantação de semáforos inteligentes, dentre outras providências.

O saneamento básico, sustentabilidade e segurança ambiental são outras questões que integram a pauta estratégica das prioridades do nosso governo. Assim é que a presente Proposta Orçamentária destina R$ 60,7 milhões para investimentos em obras de micro e macrodrenagem em pontos de alagamentos, estabilização de encostas e aplicação de geomantas.

Ainda em saneamento, destaca-se com especial importância o Projeto Mané Dendê, no subúrbio ferroviário, que tem como proposta uma intervenção estruturante na área, alcançando, dentre outras ações, o saneamento básico, a urbanização, a melhoria habitacional, a formação de consciência da preservação ambiental e até mesmo a promoção e fomento a geração de renda das famílias beneficiadas. Este projeto orçado para 2022 em R$ 172,4 milhões, conta com R$146,9 milhões de recursos do financiamento do BID.

Ressalta-se, ainda, que a questão habitacional no PLOA - 2022 não se esgota no alcance, apenas, do Projeto Mané Dendê. Para intervenção nessa área foram, também, alocados R$ 45,6 milhões para implantação de novas unidades habitacionais, beneficiando 600 famílias, e viabilizar o Programa Morar Melhor, executando melhorias em 17 mil imóveis. Contam-se, também, nesses destaques, as ações voltadas à implementação do Plano de Mitigação e Adaptação às Mudanças Climáticas, a implantação do Plano de Resiliência, requalificação de Parques, o projeto de horta soteropolitana e o plantio de árvores e tratamento paisagístico nos quatro cantos da cidade.

Complementando a presente exposição, há, ainda, de se destacar, outro desafio que enfrenta a atual gestão. Trata-se de sustentar o nível de satisfação do soteropolitano com sua cidade e o das pessoas que nos visitam, considerando que Salvador é hoje, inequivocamente, uma cidade-vitrine que recuperou o patamar de excelência em conservação e embelezamento. Manter e melhorar cada vez mais esse status requer o emprego de uma soma substancial de recursos em conservação da malha viária, na limpeza urbana e de canais, na iluminação pública, na segurança

MENSAGEM Nº 21/2021

dos deslocamentos e em praças que viabilizem encontros e lazer. Para essas e outras ações foram reservados aproximadamente R$ 800 milhões, sendo que 68% desses recursos estão vinculados à limpeza urbana e iluminação pública.

Vale ressaltar que o elenco de intervenções até aqui mencionadas retrata, apenas, alguns destaques da proposta que elaboramos para o ano de 2022, parte do projeto exitoso a ser executado ao longo da nossa gestão. Nossa convicção no sucesso dessas iniciativas reside no trabalho da nossa equipe e na firme determinação em sustentar o equilíbrio fiscal como regra de ouro da gestão, utilizando sempre, da melhor maneira racional e transparente, os recursos públicos em proveito do bem comum da nossa coletividade.

Desse modo, Senhor Presidente, ao apresentar a Proposta Orçamentária para o exercício de 2022, com os subsídios necessários a sua análise, considero, também, este o ensejo como mais uma oportunidade para agradecer a Vossa Excelência e aos seus dignos Pares o apoio e a solidariedade que a Administração tem recebido dessa Casa, independentemente dos legítimos posicionamentos políticos-partidários de cada um, para superar os momentos difíceis que temos atravessado com essa pandemia e estabelecer projetos que se consolidem e abram novas perspectivas para o avanço do processo da modernização e desenvolvimento que todos almejamos para a nossa querida Cidade do Salvador.

Atenciosamente,

BRUNO SOARES REIS
Prefeito